



RESUMO

TRABALHO DECENTE E INFORMALIDADE: ALGUMAS EVIDÊNCIAS RECENTES PARA O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

AUTOR PRINCIPAL:

Alessandra Biavati Rizzotto

E-MAIL:

112068@upf.br

TRABALHO VINCULADO À BOLSA DE IC::

Pibic UPF ou outras IES

CO-AUTORES:

Cleide Fátima Moretto

ORIENTADOR:

Cleide Fátima Moretto

ÁREA:

Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Letras e Artes

ÁREA DO CONHECIMENTO DO CNPQ:

6.03.06.02-5 - mercado de trabalho; política do governo

UNIVERSIDADE:

Universidade de Passo Fundo

INTRODUÇÃO:

O trabalho decente, na perspectiva da Organização Internacional do trabalho, é aquele que garante que homens e mulheres tenham equidade, liberdade, segurança e dignidade humanas, condições essas que são fundamentais para a redução da pobreza e das desigualdades sociais, a garantia de governos democráticos e a promoção do desenvolvimento sustentável. A redução da informalidade, caso da contratação ilegal de trabalhadores, sem registro, os contratos atípicos, as falsas cooperativas de trabalho, os trabalhadores por conta-própria que não contribuem para a previdência, é um passo fundamental para a promoção do trabalho decente, pois, com isso, a proteção social poderia ser ampliada para um grande número de trabalhadores no país. O estudo tem o objetivo de examinar as evidências da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, no período recente, e suas implicações com a garantia de trabalho decente.

METODOLOGIA:

O estudo baseia-se na pesquisa bibliográfica na área da economia do trabalho, focalizando, especificamente, as categorias de análise trabalho decente e informalidade. Em nível aplicado, procede a um levantamento de dados secundários, obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na Organização Internacional do Trabalho e no Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, comparados, por meio de abordagem descritiva e quantitativa, com resultados de outros resultados relacionados. São avaliadas as variáveis número de trabalhadores com carteira, número de trabalhadores sem carteira, rendimento bruto mensal dos trabalhadores ocupados, rendimento bruto mensal dos trabalhadores ocupados com carteira e sem carteira, no período entre 2002 e 2010. Como variáveis de controle destaca-se o setor privado e o setor público, o setor de atividade econômica e o gênero. Os resultados são avaliados em termos de estatística descritiva simples, como análise de frequência absoluta e relativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A informalidade avança na medida em que a economia formal torna-se incapaz de gerar postos de trabalho suficientes para uma mão de obra em constante crescimento, ampliando o número de pessoas que veem na economia informal a única saída para a sobrevivência. Krein e Proni (2010) salientam que os trabalhadores da economia informal, muitas vezes, não são reconhecidos pelas agências governamentais, sua mensuração nas estatísticas oficiais é imprecisa, os mesmos não são contemplados pela legislação trabalhista e se beneficiam de forma bastante limitada da seguridade social. Os trabalhadores informais, assim, estão impossibilitados de desfrutar plenamente dos direitos sociais que alicerçam a cidadania. Um trabalho conjunto da CEPAL, PNUD e OIT (2008) recomenda que a redução da informalidade é um fator central para a redução do déficit do trabalho decente. As transformações no processo produtivo e suas consequências no mercado do trabalho fizeram com que a informalidade aumentasse durante a década de 1990 no país, mas, durante a década de 2000, a situação se inverteu e, a partir de 2002, os níveis de formalidade começaram a subir, ganhando maior intensidade em 2003, quando a taxa, que já se situava em 45,7%, aumentando para 49,4% em 2008 (RIBEIRO; BERG, 2010, p. 179). Nota-se que, no período analisado, o percentual de trabalhadores sem carteira diminuiu, passando de um valor próximo a 26,0% em 2002 para 22,9% em 2009. Dados da pesquisa mensal de emprego do IBGE mostram que os empregados do setor privado com carteira assinada têm salários mais elevados que os empregados do mesmo setor sem carteira assinada, porém, desde o início de 2012, a diferença vem caindo, sendo que em abril deste ano a média de salário dos trabalhadores com carteira assinada era de R\$ 1.599,76, enquanto a dos sem carteira assinada ficava em R\$ 1.208,96. Destaca-se que as regiões metropolitanas de São Paulo e Recife são as que abrangem uma maior quantidade de empregos se carteira assinada.

CONCLUSÃO:

A proporção de trabalhadores que atua na informalidade, apesar de alguns sinais positivos em termos da formalização no final dos anos 2000, ainda é significativa no país, o que evidencia a necessidade de implementação de políticas voltadas ao crescimento econômico e à inclusão em postos formais de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BERG, J.; RIBEIRO, J. Evolução do Trabalho Decente no Brasil: Avanços e Desafios. Bahia Análises e Dados, Salvador, v. 20; n. 2/3, jul./set. 2010.
CEPAL. PNUD. OIT. Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A Experiência Brasileira Recente. Brasília, set. 2008.
KREIN, J. D.; PRONI, M. W. Economia informal: aspectos conceituais e teóricos. Brasília: Escritório da OIT no Brasil, 2010.

Assinatura do aluno

Assinatura do orientador